

Novo inquérito contra Lulinha e caso Marcola ampliam desgaste de Lula

Autorização de Flávio Dino abre terceira investigação contra o filho do presidente

Por **Beatriz Matos**

A Polícia Federal (PF) ganhou autorização para abrir um terceiro inquérito contra Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e investigar um suposto vazamento de informações sigilosas relacionadas ao caso.

A decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre em um momento delicado para a campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que também passou a lidar com um novo foco de desgaste envolvendo um ex-integrante do Palácio do Planalto.

Durante as diligências, a PF identificou uma transferência financeira feita pela empresária Roberta Luchsinger para Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola. Ex-chefe de Gabinete de Lula, ele deixou recentemente o cargo no Planalto para atuar na campanha presidencial. O valor da operação não foi divulgado pelos investigadores.

“CARECA DO INSS”

A apuração busca esclarecer se a movimentação



REPRODUÇÃO/TV GLOBO

Lulinha é investigado por suspeita de tráfico de influência

tem relação com as suspeitas que envolvem Roberta Luchsinger e Lulinha. Segundo a Polícia Federal (PF), os dois são investigados por suposta atuação conjunta com o lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”, em um possível esquema de tráfico de influência junto a órgãos do governo federal.

Marcola afirma que o dinheiro recebido correspondeu a um empréstimo pessoal. Em nota pública, o ex-chefe de Gabinete informou que seus sigilos bancário e fiscal estão à disposição da Justiça e disse já ter quitado integralmente a dívida por meio de uma transferência bancária de R\$ 249 mil.

Ele também afirmou que

apresentará toda a documentação necessária para comprovar a operação e negou qualquer irregularidade. Até o momento, porém, os comprovantes do pagamento não foram apresentados aos investigadores.

Outro movimento que chamou atenção foi a troca da defesa de Roberta Luchsinger. A empresária passou a ser re-

presentada pelo criminalista Roberto Podval, conhecido por atuar em casos de grande repercussão nacional.

Já a defesa de Lulinha reagiu afirmando que setores da Polícia Federal estariam tentando atingir o presidente Lula e interferir no processo eleitoral.

TERCEIRO INQUÉRITO

A nova investigação se soma a outras duas autorizadas na semana passada pelo ministro do STF André Mendonça.

Uma delas apura suspeitas de favorecimento a empresários e lobistas em negociações envolvendo a compra de medicamentos à base de cannabis pelo Ministério da Saúde.

A outra investiga um suposto tráfico de influência em negociações relacionadas à Dataprev, empresa responsável pelo processamento de dados da Previdência Social.

Os três inquéritos fazem parte dos desdobramentos da Operação Sem Desconto, que investiga um esquema bilionário de fraudes em benefícios do INSS.

PF investiga lavagem de dinheiro ligada a Weverton

Por **Beatriz Matos**

O senador Weverton Rocha (PDT-MA) voltou ao centro da Operação Sem Desconto. A Polícia Federal deflagrou nesta terça-feira (4) uma nova fase da investigação para apurar um suposto esquema de lavagem de dinheiro usado para ocultar recursos provenientes das fraudes em descontos ilegais sobre aposentadorias e pensões do INSS.

Se a etapa anterior buscava identificar os beneficiários do esquema, agora a apuração tenta esclarecer como os valores teriam sido ocultados e incorporados ao patrimônio do parlamentar e de pessoas próximas.

Foram cumpridos 18 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal e no Maranhão contra familiares de Weverton, empresas e pessoas ligadas ao advogado e empresário Willer Tomaz.

Segundo a PF, desde 2023 o grupo teria utilizado empresas interpostas, sociedades patrimoniais, contas de terceiros, postos de combustíveis, dinheiro em espécie e ativos registrados em nome de outras pessoas para ocultar a origem e a titularidade dos recursos. A hipótese foi acolhida pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Um dos principais eixos da investigação envolve uma rede de postos de combustíveis. De acordo com a PF, as contas dessas empresas eram usadas para comprar propriedades rurais, terrenos e maquinário agrícola, além de abastecer empresas que disponibilizariam recursos ao senador. Os investigadores afirmam que a filha de Weverton administrava financeiramente os postos.

A PF também investiga o transporte de dinheiro em espécie destinado ao sena-



ASCOM SENADOR WEVERTON ROCHA

Investigação aponta envolvimento de Weverton com as fraudes no INSS

dor e seus familiares, prática que teria acompanhado a reorganização patrimonial do grupo. Uma máquina de contar dinheiro foi apreendida na residência de um dos alvos.

Outro foco da investigação é a residência utilizada por Weverton no Lago Sul, em Brasília. Segundo a PF, o imóvel, avaliado em cerca de R\$ 6 milhões, foi comprado por Willer Tomaz, embora o ver-

dadeiro beneficiário econômico fosse o senador.

Esta é a segunda vez que Weverton aparece na Operação Sem Desconto. Em dezembro de 2025, o senador foi alvo de busca e apreensão após a PF apontá-lo como beneficiário de recursos desviados do INSS e “liderança e sustentáculo das atividades empresariais e financeiras” de Antônio Camilo Antunes, o “Careca do INSS”. A nova fase

busca rastrear o destino desses recursos.

Em nota, Weverton afirmou que, embora não tenha sido alvo direto da operação, esperava sofrer ataques por causa de sua candidatura ao Senado e de suas posições políticas. Disse que todas as movimentações decorrem de atividades declaradas à Receita Federal, destacou que o Ministério Público Federal voltou a se manifestar contra as buscas envolvendo familiares e apoiadores, negou irregularidades e afirmou que seguirá “firme no propósito de lutar pelo Maranhão”.

Também em nota, Willer Tomaz afirmou que a busca ocorreu apenas por ser proprietário da aeronave utilizada por Weverton em uma viagem particular. O advogado disse que não é investigado na Operação Sem Desconto, negou vínculo com as fraudes no INSS e declarou estar à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos.